

## - LXXXIX -

# ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR: UMA CONTRIBUIÇÃO CRÍTICA AOS PROCESSOS DE DOMINAÇÃO DO CAPITAL NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

**Rubens Luiz Rodrigues**  
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil  
rubensluizrodrigues65@gmail.com

### **Introdução do problema**

Esse texto pretende desenvolver uma análise crítica acerca dos processos de dominação presentes na educação escolar no contexto da reestruturação produtiva do Capital. Como destaca Paro (1986), a educação escolar se configura como atividade intencional que pode, frente aos desafios e potencialidades sociais, contribuir para conservar ou para superar os processos de dominação do Capital. Conhecer os processos administrativos do ponto de vista do desenvolvimento histórico do Capital torna-se central para a identificação não apenas das contradições da dominação, mas, sobretudo, para a viabilização da transformação social e da emancipação humana.

Destaca-se a discussão sobre o modelo gerencial da administração da educação escolar, caracterizando a descentralização, a participação, a aprendizagem e a qualidade como eixos que materializam as exigências técnico-operativas e os valores ideopolíticos na formação dos sujeitos de acordo com os interesses de conservação das relações sociais. Esses eixos se contrapõem aos processos de democratização voltados para os interesses dos trabalhadores.

### **Desenvolvimento**

Diante da necessidade de manter a competitividade dos países frente ao acirramento da concorrência intercapitalista, Frigotto (2002) destaca que os chamados *homens de negócios* assessorados pelos organismos internacionais (Fundo Monetário Internacional, Organização Internacional do Trabalho, dentre outros) passaram a pressionar os governos em âmbito local, regional e nacional em busca de instituir um novo padrão de acumulação e conduzir a novas formas concretas de integração à reorganização da economia mundial. Pode-se dizer que uma expressão significativa dessa incorporação foi a consolidação da estrutura e do funcionamento da administração da educação escolar pautado na ideia do gerencialismo.

Com base em autores como Oliveira (2009), pode-se caracterizar o gerencialismo como um processo de organização da educação escolar centrado na cultura competitiva empresarial. Era preciso substituir a rigorosa estrutura instituída pelo planejamento estatal por critérios mais afinados com as necessidades da sociedade capitalista.

Nogueira (2004) considera que o gerencialismo pretende controlar a qualidade dos serviços públicos, atribuir maior liberdade às instituições através da descentralização e flexibilizar procedimentos tornando-os mais competitivos, ágeis e abertos à participação dos cidadãos. A preocupação com a eficácia e a eficiência em torno de maior produtividade disseminou-se pelas instituições, deslocando a perspectiva de desenvolvimento de objetivos sociais voltados para a promoção igualitária dos direitos e da justiça para a ideia de prestação de um serviço em concorrência com outras instituições afins, demonstrando sua capacidade de adaptar-se rapidamente a mudanças impostas pela sociabilidade capitalista. Pode-se considerar a partir das análises de Montaño (2002) que a administração gerencial consolida a perspectiva neoliberal da Reforma do Estado, contribuindo para a instauração do conceito de público não-estatal, que adéqua as instituições aos preceitos do mercado ou da sociedade civil entendida como terceiro setor.

Frente a consolidação do gerencialismo, eixos do processo de gestão da educação escolar básica como a descentralização, a participação, a aprendizagem e a qualidade foram assumindo, gradativamente, a perspectiva ideopolítica orientada pela Reforma do Estado ocorrida na sociedade brasileira desde os anos de 1990. Passamos, então, a caracterização dos eixos destacados acima, considerando a consolidação do gerencialismo na educação escolar básica brasileira a partir da hegemonia neoliberal.

Dentre as propostas, políticas e ações que introduziram mudanças significativas na educação escolar na última década do século XX, a perspectiva da descentralização adquiriu contornos expressivos, fundamentados na crítica ao Estado centralizador e na ideia do mercado como regulador da vida social. Como salienta Oliveira (1999), o conceito de descentralização definiu-se como a transferência de responsabilidades no âmbito da educação para os níveis inferiores do sistema de ensino, diminuindo a intervenção do governo central na estrutura burocrático-administrativa regular e operando um efeito desagregador sobre o sistema educacional. A descentralização foi acompanhada de um processo de concentração do poder de decisões estatais, que reduzia a autonomia, especialmente das escolas públicas na definição das necessidades e interesses educacionais da população majoritária da sociedade.

Ao lado da descentralização caminha a participação. Embora estivesse sempre presente nas discussões sobre democratização da escola, a participação vem sendo entendida mais como um recurso de auxílio à administração, para utilizar uma expressão de Paro (2001), do que como estratégia de partilha do poder com a população diretamente interessada na melhoria da qualidade do

ensino, reforçando-se a perspectiva de que especialmente as escolas públicas constituem-se em espaços da colaboração dos sujeitos na execução das políticas, propostas e ações anteriormente definidas pelos órgãos superiores do sistema de ensino.

No que se refere à aprendizagem, as exigências de aquisição de habilidades e competências que permitissem aos sujeitos adaptarem-se às transformações científico-tecnológicas provocadas pela reestruturação produtiva orientaram os fundamentos que passaram a marcar a escola como instituição que assegura a coesão social, alivia as tensões provocadas pelas desigualdades e promove as expectativas demandadas de inclusão social. Fundamentadas no relatório de Jacques Dellors (1996) para a UNESCO, "Educação: um tesouro a descobrir", essas habilidades e competências sintetizam os quatro pilares da aprendizagem - aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a viver juntos, aprender a conviver com os outros; aprender a ser -, marcando os programas e ações dos sistemas de ensino e unidades escolares por meio de um processo educativo que almeja a eficácia escolar, focaliza o controle de desempenho docente e discente e implanta mecanismos de privatização do ensino.

Por fim, frente aos padrões de produtividade, competitividade e seletividade, a perspectiva gerencial na educação escolar assimilou o conceito de qualidade total originário da administração de empresas. Como destacam Gentili e Silva (1994), sua característica central é a de fazer mais com menos, isto é, garantir ao máximo os resultados esperados em termos da melhoria dos índices educacionais, com investimentos mínimos em termos de racionalização e de coordenação do trabalho empreendido por educadores (as) e educandos (as) na educação escolar.

## Conclusão

A democratização da educação escolar só pode ser plenamente alcançada com a constituição de uma sociedade igualitária e democrática. Isso implica a participação popular nas decisões educacionais, superando a lógica produtivista, competitiva, seletiva de mercado egressa da administração de empresas. Na medida em que a administração da educação escolar se articula com os interesses da classe trabalhadora é possível que os eixos da descentralização, da participação, da aprendizagem e da qualidade adquiram um sentido democrático. Caso contrário, a tendência é a conservação das relações sociais de dominação.

## Referências Bibliográficas

DELLORS, J et alli. **Educação: um tesouro a descobrir.** Relatório para a UNESCO, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs). **A cidadania Negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho.** São Paulo: Cortez; CLASCO, 2002.

GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As possibilidades da política**: idéias para a reforma democrática do Estado. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

OLIVEIRA, Cleiton de et al. **Municipalização do ensino no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

OLIVEIRA, D. A. **As políticas educacionais no governo Lula**: rupturas e permanências. RBPAE, v. 25, n. 2, p. 197-209, mai./ago. 2009.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar**: uma introdução crítica. SP, Cortez: Autores Associados, 1986.

---

**Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Editora Ática, 2001.